

## **MENSAGEM N° 07/GG**

TONO EXPEDIENT

Em, 16 / 03 / 2022

1º Secretário

Teresina (PI), 11 de março de 2022.

A Sua Excelência, o Senhor Dep. THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí NESTA CAPITAL

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas,

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1°, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi VETAR PARCIALMENTE o Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que "Torna obrigatória a prestação de socorro a animais atropelados, pelas razões a seguir esposadas.

O Projeto de Lei de iniciativa parlamentar pretende obrigar todo motorista, motociclista e ciclista que atropelar qualquer animal a prestar socorro ou solicitar assistência à autoridade pública.

Não obstante, vejo-me compelido a vetar parcialmente o presente Projeto no que se refere ao disposto no art. 2°, verbis:

Art. 2º As despesas com assistência veterinária emergencial e demais gastos essenciais à sobrevivência do animal decorrentes do atropelamento serão de responsabilidade do condutor infrator.

O veto fundamenta-se em argumentos de estrita natureza jurídico-constitucional. Impõe-se o veto total ao art. 2º do Projeto de Lei, face à sua inequívoca inconstitucionalidade, pois pretende deferir ao Estado competência para legislar, precisamente, sobre direito civil, o que refoge aos mandamentos dos preceitos constitucionais abaixo transcritos.

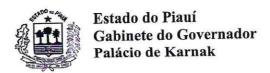
A Constituição Federal, em seu art. 22, inciso I, claramente dispõe:

"Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho."

Verifica-se ausência de competência legislativa do estado-membro para legislar sobre Direito Civil, ramo jurídico em que se insere a responsabilidade civil.

A matéria é disciplinada no art. 936 do Código Civil Brasileiro, que obriga o dono ou detentor do animal a ressarcir o dano por este causado, salvo se provar culpa de outrem ou força

PARA LEITURA EM EXPEDIENTE
Emanuellito de Oliveira Josta
Carretário Geral da Mesa



maior. Portanto, o Código Civil Brasileiro adota a presunção de responsabilidade objetiva do dono ou possuidor do animal.

Trata-se, portanto, de matéria a ser disciplinada privativamente pela União, nos termos do art. 22, I, da Constituição, salvo se, mediante lei complementar autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas (parágrafo único do art. 22 da Constituição).

O presente Projeto atribui ao atropelador a responsabilidade pelas despesas com assistência veterinária emergencial sem observar a responsabilidade objetiva do dono ao permitir que seu animal esteja solto em via pública.

Mesmo que se considere que a Proposição se destina à proteção de animais abandonados, o Projeto de Lei não apresenta qualquer distinção quanto à responsabilidade pelo atropelamento do animal desamparado e aqueles animais cujo proprietário permitiu seu trânsito em via pública de forma irregular.

Sem embargo, a Constituição Estadual prevê o poder de veto nos seguintes termos:

Art. 78. omissis...

§ 1º O Governador, se considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, deverá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.

§ 2° - omissis...

Por todo o exposto, resolvo VETAR PARCIALMENTE o Projeto de Lei, incidindo o veto sobre o art. 2º, por entendê-lo inconstitucional.

Senhor Presidente, são essas as razões que me levaram a vetar parcialmente este Projeto de Lei, as quais submeto à elevada consideração dos Senhores(as) membros dessa augusta Assembleia Legislativa.

José Wellington Barroso de Araújo Dias Governador do Estado do Piauí